

IGOR PEREIRA PINHEIRO

Promotor de Justiça do MPCE; Especialista, Mestre e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela ULISBOA; Autor dos livros "Legislação Criminal Eleitoral Comentada" (ed. JusPodivm) e "Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral" (ed. Fórum); Coordenador das Pós-Graduações em Compliance/Direito Anticorrupção e Direito Político/Eleitoral da Faculdade CERS; Foi Professor da Escola Superior do MPCE na área de combate à corrupção; Foi Membro do Grupo de Atuação Especial de Defesa ao Patrimônio Público do Ministério Público do Estado do Ceará (GEDPP); Foi Coordenador do Grupo Auxiliar da Procuradoria Regional Eleitoral do Ceará.

CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM ANO ELEITORAL

3ª EDIÇÃO



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

CAPÍTULO 1

O COMBATE À CORRUPÇÃO COMO UMA OBRIGAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A TUTELA MÍNIMA ANTICORRUPÇÃO COMO CLAÚSULA LIMITADORA DOS RETROCESSOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS	27
--	-----------

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA UMA EFETIVA PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CORRUPÇÃO NO ANO ELEITORAL.....	39
2.1. Quanto ao Poder Judiciário Eleitoral.....	39
2.1.1. Modificações Estruturais	40
2.1.2. A Necessária Revisão de Algumas Posições Jurisprudenciais que Impedem a Efetividade do Sistema Anticorrupção na Área Eleitoral	41
2.1.3. Alterações Recentes da Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que Fortaleceram o Combate à Corrupção Eleitoral	61
2.2. Quanto ao Ministério Público Eleitoral	72
2.2.1. Modificações do Planejamento Institucional para o Ano Eleitoral.....	72
2.2.2. Mudanças de Paradigmas Fiscalizatórios.....	99
2.3. Quanto aos Advogados Eleitorais	113
2.4. Quanto aos Eleitores em Geral	118
2.5. Quanto ao Poder Público	121

CAPÍTULO 3

O INSTITUTO DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CORRUPÇÃO NO ANO ELEITORAL	125
---	------------

CAPÍTULO 4

QUADRO-RESUMO DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM ANO ELEITORAL PREVISTAS NA LEI N°9.504/97 (CÍVEIS-ELEITORAIS)	133
---	------------

CAPÍTULO 5

CARACTERÍSTICAS DAS CONDUTAS VEDADAS CÍVEIS-ELEITORAIS (ESTRITO SENSO)	141
5.1. Legalidade Estrita.....	141
5.2. Especialidade normativa em relação ao abuso de poder político	147
5.3. Finalidade Eleitoral Presumida (Regra Geral).....	148
5.4. Ilícito de Mera Conduta (Potencialidade Presumida) e Não Cumulatividade Automática das Sanções	149
5.5. Responsabilidade Objetiva, Individual e Progressiva dos Infratores na Aplicação da Multa	154
5.6. Imprescindibilidade do Elemento Subjetivo da Conduta (culpa ou dolo) para a Condenação à Sanção de Cassação do Registro ou do Diploma	157
5.7. Incidência Temporal Variável e Prazo Decadencial Uniforme.....	162
5.8. Incidência em Todos os Níveis Federativos, salvo as Exceções Expressas em Lei.....	163
5.9. Necessidade da Participação de, pelo menos, um Agente Público (De Direito ou De Fato) e a Questão do Litisconsórcio Necessário.....	164
5.10. A Interdisciplinaridade das Condutas Vedadas Cíveis-Eleitorais	166

CAPÍTULO 6

ANÁLISE TEÓRICA E PRÁTICA DAS CONDUTAS VEDADAS CÍVEIS-ELEITORAIS ..	171
6.1. Cessão e Uso de Bens Públicos	171
6.1.A. Análise Doutrinária.....	171
6.1.B. O Uso dos Bens de Uso Comum do Povo (Conduta Vedada) x Captação de Imagens de Bens Públicos (Conduta Lícita).....	173
6.1.C. Incidência Temporal.....	176
6.1.D. Exceções Legais	179
6.1.D.1. Convenção partidária	179
6.1.D.2. Reunião de partido político.....	179
6.1.D.3. Uso do transporte oficial pelo Presidente da República em Campanha de Reeleição.....	180
6.1.D.3.1. Inconstitucionalidade do dispositivo.....	181
6.1.D.3.2. Destinatário da autorização	182
6.1.D.3.3. Valor do ressarcimento, prazo para pagamento e multa pelo atraso.....	185
6.1.D.4. Uso da Residência Oficial para Reuniões da Campanha	185
6.1.E. Ilícitos Correlatos ao Artigo 73, I.....	187
6.1.F. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais.....	188
6.2. Uso dos Materiais ou Serviços Custeados pelos Governos e Casas Legislativas	196
6.2.A. Análise Doutrinária.....	196
6.2.B. Incidência Temporal.....	201
6.2.C. Exceções Legais	201

6.2.C.1. Uso das Dependências do Poder Legislativo para Fins de Propaganda Eleitoral	201
6.2.C.2. A Questão da Distribuição de Informativos da Atividade Parlamentar (inexistência de bis in idem com a propaganda antecipada)	203
6.2.D. Ilícitos Correlatos ao artigo 73, II	206
6.2.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais	206
6.3. Cessão de Agentes Públicos para Campanha	209
6.3.A. Análise Doutrinária	209
6.3.B. Exceções legais	216
6.3.B.1. Férias e licenças	216
6.3.B.2. A questão dos agentes políticos	216
6.3.C. Incidência temporal	218
6.3.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, III	218
6.3.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais	218
6.4. Distribuição de bens (aspectos gerais)	223
6.4.1. Uso eleitoral de programas sociais de distribuição gratuita de bens	223
6.4.1.A. Análise do tipo	223
6.4.1.B. Exceções legais	230
6.4.1.C. Incidência temporal	230
6.4.1.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, IV	230
6.4.2. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública durante o ano eleitoral	231
6.4.2.A. Análise do tipo	231
6.4.2.B. Exceções legais	243
6.4.2.B.1. Programas sociais autorizados em lei e com execução orçamentária no ano anterior ao do pleito eleitoral	234
6.4.2.B.2. Estado de calamidade pública e estado de emergência	237
6.4.2.C. Incidência temporal	237
6.4.2.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, §10	237
6.4.2.E Comparação com a captação ilícita de sufrágio	238
6.4.2.F. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais	239
6.5. Admissão e dispensa do serviço público	246
6.5.A. Análise do tipo	247
6.5.B. Exceções legais	252
6.5.B.1. Conduta praticada fora do período de vedação	252
6.5.B.2. Nomeação e exoneração dos cargos comissionados/designação e dispensa das funções comissionadas	253
6.5.B.3. Nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos Órgãos da Presidência da República	254
6.5.B.4. Nomeação dos aprovados em concurso público que tenha sido homologado até o início do período de vedação	254

6.5.B.5. Nomeação ou contratação necessárias para a instalação ou continuidade de serviços públicos essenciais.....	256
6.5.B.6. Transferência ou remoção ex officio de militares, policiais e agentes penitenciários	257
6.5.C. Incidência temporal	259
6.5.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, IV	259
6.5.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais	259
6.6. Realização de transferências voluntárias de recursos.....	264
6.6.A. Análise do tipo	265
6.6.B. Exceções	267
6.6.B.1. Transferências de receitas não voluntárias.....	267
6.6.B.2. Obrigação formal preexistente para executar obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado	267
6.6.B.3. Situações de calamidade pública ou emergência	268
6.6.B.4. Plebiscito	268
6.6.C. Incidência temporal	268
6.6.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, VI, "a".....	268
6.7. Publicidade institucional.....	269
6.7.1. Publicidade institucional durante o ano eleitoral.....	270
6.7.1.A. Análise do tipo	270
6.7.1.B. Exceções.....	273
6.7.1.C. Incidência temporal	273
6.7.1.D. Ilícitos correlatos ao artigo 74	274
6.7.1.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais.....	275
6.7.2. Publicidade institucional entre os três meses que antecedem o pleito até o fim das eleições.....	280
6.7.2.A. Análise do tipo	281
6.7.2.B. Exceções e necessidade de autorização judicial	286
6.7.2.B.1. Publicidade de produtos e serviços que possuam concorrência no mercado	287
6.7.2.B.2. Casos de grave e urgente necessidade pública reconhecidos pela Justiça Eleitoral	288
6.7.2.B.3. Divulgação de atos parlamentares.....	290
6.7.2.B.4. Publicação de atos oficiais.....	291
6.7.2.C. Incidência temporal	291
6.7.2.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, VI, "b".....	291
6.7.2.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais.....	292
6.7.3. Gastos com publicidade (73, VII).....	301
6.7.3.A. Análise do tipo	301
6.7.3.B. Exceção.....	303

6.7.3.C. Incidência temporal	303
6.7.3.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, VII	303
6.7.3.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais	304
6.8. Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão	305
6.8.A. Análise do tipo	305
6.8.B. Exceção	307
6.8.C. Incidência temporal	308
6.8.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, VI, “c”	308
6.9. Revisão geral da remuneração dos servidores públicos.....	309
6.9.A. Análise do tipo	309
6.9.B. Exceção	312
6.9.C. Incidência temporal	312
6.9.D. Ilícitos correlatos ao artigo 73, VIII	312
6.9.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais	313
6.10. Vedações referentes a inaugurações de obras públicas e comparecimento de candidatos .	315
6.10.A. Análise do tipo	316
6.10.B. Exceção.....	320
6.10.C. Incidência temporal	320
6.10.D. Ilícitos correlatos ao artigo 75.....	320
6.10.E. Casos Práticos Julgados pelos Tribunais Eleitorais	320

CAPÍTULO 7

AÇÕES ELEITORAIS CABÍVEIS PARA SUSPENDER E REPRIMIR AS CONDUTAS VEDADAS CÍVEIS-ELEITORAIS.....	325
7.1. O Poder de Polícia dos Juízes Eleitorais para Determinar a Suspensão de Qualquer Conduta Vedada Durante Todo o Ano Eleitoral	325
7.2. Da Ação pela Prática de Conduta Vedada	327
7.2.1. Rito processual aplicável e nulidade pelo descumprimento	327
7.2.2. Competência	328
7.2.3. Prazos (inicial e final) para Ajuizamento	330
7.2.4. Legitimidade Ativa	332
7.2.5. Legitimidade Passiva	334
7.2.6. Petição Inicial (requisitos, emenda e indeferimento)	337
7.2.7. Desistência da Ação.....	341
7.2.8. Providências do juiz após a admissibilidade positivo sobre a petição inicial	342
7.2.9. Prazo para Julgamento.....	348
7.2.10. Efeitos da Sentença	349
7.2.11. Da Resolução TSE nº23.608/2019	350

CAPÍTULO 8

ASPECTOS PROCESSUAIS DAS AÇÕES ELEITORAIS VOLTADAS A COMBATER O ABUSO DE PODER

8.1. Da Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME)	365
8.2. Da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	376

CAPÍTULO 9

DAS CONDUTAS VEDADAS CRIMINAIS ELEITORAIS

9.1. Coação eleitoral moral praticada por servidor público	393
9.1.1. Breve introdução ao tipo	393
9.1.2. Bem jurídico tutelado	394
9.1.3. Sujeitos do crime	394
9.1.4. Condutas	396
9.1.5. Tipicidade subjetiva	397
9.1.6. Consumação e tentativa	398
9.2. Utilização de serviços e bens públicos a favor de partido ou organização de caráter político	398
9.2.1. Breve introdução ao tipo	398
9.2.2. Bem jurídico tutelado	401
9.2.3. Sujeitos do crime	401
9.2.4. Condutas	403
9.2.5. Tipicidade subjetiva	406
9.2.6. Consumação e tentativa	407
9.3. Uso de veículos ou embarcações oficiais em campanha eleitoral	408
9.3.1. Bem jurídico tutelado	408
9.3.2. Sujeitos do crime	408
9.3.3. Conduta	410
9.3.4. Atipicidade prevista na legislação eleitoral	410
9.3.5. Tipicidade subjetiva	413
9.3.6. Consumação e tentativa	414

CAPÍTULO 10

CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

10.1. Do Acordo de Não Persecução Cível Instituído pela Lei Anticrime	438
10.1.1. Reflexões Iniciais Sobre o Princípio da Consensualidade Punitiva e o Acordo de Não Persecução Cível	439
10.1.2. A Constitucionalidade do Acordo de Não Persecução Cível	441
10.1.3. A Necessidade de Integração Normativa Após o Veto Presidencial ao Artigo 17-A da Lei de Improbidade Administrativa	442

10.1.4. Limite Temporal e Impedimentos (Objetivos e Subjetivos) para a Celebração do Acordo de Não Persecução Cível.....	444
10.1.5. Características do Acordo de Não Persecução Cível	452
10.1.5.1. Fator Interruptivo da Prescrição da Ação de Improbidade Administrativa	452
10.1.5.2. Acordo de Não Persecução Cível como Negócio Jurídico Voluntário e a Correlata Proibição de Imposição Judicial	453
10.1.5.3. Possibilidade de Celebração com Todos ou Apenas Alguns dos Responsáveis/ Beneficiários do Ato de Improbidade Administrativa.....	457
10.1.5.4. Legitimidade para Celebração e Legitimidade para Execução do Acordo de Não Persecução Cível.....	457
10.1.5.5. Conteúdo Mínimo, Limites e Potencialidade Expansiva do Acordo de Não Persecução Cível	462
10.1.5.6. Modalidades, Eficácia Executiva e Procedimentos	466
10.1.6. Meios de Impugnação do Acordo de Não Persecução Cível.....	471
10.2. Efeito Expansivo Parcial do Acordo de Não Persecução Cível para a Área Eleitoral.....	473
10.2.1. Do Cabimento do Termo de Ajustamento de Conduta na Seara Eleitoral	474
10.2.2. Do Acordo de Não Persecução Cível na Área Eleitoral	479
10.2.3. Outros Impedimentos para a Celebração do Acordo de Não Persecução Cível na Justiça Eleitoral.....	481
10.2.4. Momento para a Celebração do Acordo de Não Persecução Cível na Justiça Eleitoral. .	481

REFERÊNCIAS.....	483
-------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	485
--	------------